

A literatura como instrumento crítico: a instalação da crise política na ordem institucional brasileira entre os séculos XIX e XX*

Adreana Dulcina Platt**

Resumo

Através de uma investigação bibliográfica e documental analisaremos os pressupostos da expressão de crítica literária aos determinantes instituídos socialmente enquanto elemento para desencadear crise em centrais momentos da história da humanidade. Nosso propósito será descortinar a expressão literária produzida entre séculos XIX e XX, marco de um novo aparelhamento de Estado na gestão da realidade social, movimento eficaz para a instauração da República no Brasil. O estudo aponta que classes insurgentes, do período, se revestiam da crítica literária para a orientação de um novo modelo de Estado voltado a um regime que consubstanciasse as novas formas de relações de produção pautadas na filosofia liberal e no modelo capitalista, adequando a reforma de Estado aos determinantes da nova ordem internacional.

Palavras-chave

Literatura de Sedição; crítica política; crise de estado; república brasileira

Abstract

Through a literature and document research we will analyze the assumptions of the expression of literary criticism to social determinants introduced as an element to trigger crisis in central moments in the history of mankind. Our purpose will be to uncover the literary expression produced between nineteenth and twentieth centuries, a landmark in the preparation of the state on management of social reality, an effective movement for the establishment of the Republic in Brazil. The study indicates that classes insurgents, on period, assumed the literary criticism for the guidance of a new state model aiming a regime that substantiate the new forms of production relations guided by the philosophy and the liberal capitalist model, adapting the State reforms to the determinants of the new international order.

Keywords

Sedition literature; critical policy; crisis of state; brazilian Republic

PDLet
Mestrado
Doutorado 1984-1921
Letras
IDEN
TIDADES
Doutorado
Letras
Cultura
Oliven/Santos
Número 10
ANTARES
Humanidades

DETERMINANTES
LETRAS
JUL-DEZ 2013
Número 10
Letras
ANTARES
VOLUME 5
CULTURA
UCS
PDLet
Regionalidade
PPGLet

Oliven/Santos
PDLet
Mestrado
Doutorado 1984-1921
Letras
IDEN
TIDADES
Doutorado
Letras
Cultura
Oliven/Santos
Número 10
ANTARES
Humanidades

Introdução

O movimento revolucionário burguês no Brasil, acentuadamente entre os séculos XIX e XX, relata todo o espaço de crítica que antecipa as insatisfações frente ao governo absolutista e nobiliário aqui representado e que concentrava amplos poderes político-econômicos e jurídicos, culminando, assim, na instauração do modelo republicano de Estado.

As personalidades que significativamente repercutem o movimento da “República das Letras” no Brasil serão destacadas neste cotejo onde investigaremos a composição tanto de sociedades secretas, que veiculam um discurso corrosivo, quanto a não participação política do volume de iletrados e despossuídos destituídos de destaque e voz na orientação decisória dos rumos do país.

Nossa preocupação também se encontra nas particularidades políticas de um caráter liberal e republicano que deveria ser implantado neste período e que desvelam como os nacionais aqui compreenderam a “coisa pública” para digerir todos os apanágios veiculados por estes ideais de Estado que assomam aqueles novos tempos de reestruturação dos modos de produção e modelo político-jurídico.

Este aspecto exigirá que enfrentemos inicialmente a herança que carregamos historicamente dos resultados de um colonialismo exemplarmente predatório; o mesmo que atinge a formação de um “espírito nacional” (FERNANDES, 1973, p. 414), empreendendo ações que boicotam a perspectiva da consolidação de uma nação soberana a partir da mobilização das massas populares.

Quando nos referimos aos elementos que construíram os fatos revolucionários que alteraram a realidade político-jurídica e econômica do Brasil, como ocorreu na França ao fim do século XVIII, não nos precipitamos em descrever estes modelos com a simples correlação temporal. Estes fatos se deram em conjunturas e determinantes particulares a cada uma das nações, o que exige do pesquisador a revisitação histórica destes aspectos tão originais. No entanto, não perderemos de vista que a instauração de um novo modelo de produção, o avanço tecnológico e o intercâmbio da produção após a Revolução Industrial (século XVII) datam um novo capítulo das relações de produção e consumo no mundo, e este quadro exige um novo perfil de identidade econômica, jurídica e política às nações participantes destas relações, mesmo que inicialmente numa perspectiva tímida. Este aspecto não se encontra circunscrito apenas a comparações

existentes entre nações reconhecidas como metrópoles e as antigas colônias que possuem grave capital dependente.

Nações como França e Inglaterra, que sofrem os primeiros movimentos revolucionários enquanto nações politicamente consolidadas possuem graves diferenças entre si tanto quanto comparativamente ao modelo de independência revolucionária que se instaurou nas colônias, como no caso brasileiro. Mas, da experiência que consolida o movimento republicano nas nações centrais, há de ser considerado o volume que agrega à instalação de um espírito insatisfeito com as diretrizes nobiliárias e centralistas na colônia brasileira que afastava amplamente da vida política a mesma casta de burgueses que em terras europeias alteraram o rumo da história político-jurídica e econômica, inaugurando uma nova página da modernidade.

Por certo, as circunstâncias implantadas numa colônia de economia e política dependentes beneficiam os sujeitos que dispõem de recursos e determinação para apreenderem sobre a obstinada carta de princípios que singulariza a ação do Estado não mais na pessoa do rei, mas num conjunto jurídico de leis que reorientam a agenda de seus compromissos.

Sodré (1962, p. 293) asserta que o movimento revolucionário no Brasil se deu pelas classes “letradas”. Um corpo de indivíduos que participava da rotina do Império usufruindo de privilégios. Privilégios tais que os permitem transitar entre diferentes carreiras políticas e econômicas, adequando o programa de governo aos seus interesses privados. Suas insatisfações com o modelo absolutista e nobiliário se iniciam quando “perceberam (...) a incompatibilidade entre os seus interesses e os interesses metropolitanos” (COSTA, 2007, p. 26).

Para a grande maioria da população isso significa dizer que as manifestações oposicionistas eram de certa forma “indiferente” aos seus anseios enquanto “povo”, sendo “eventualmente” seduzida pela retórica sobre os “princípios franceses ou em nome da Pátria e da Liberdade, palavras que passaram a ter um efeito mágico junto às multidões” (COSTA, p. 30).

Na condição de classe trabalhadora e escrava, a rotina revolucionária não os alcançava objetivamente. Sua existência era marcada por uma sociedade administrada por políticos e proprietários, sendo-lhes negada a participação da vida cidadã.

Para os proletários, por outro lado, a condição de sua existência, o trabalho, e com ele todas as condições de existência que regem a sociedade moderna, tornaram-se

algo acidental, algo mais que eles, como indivíduos separados, não tem nenhum controle, e sobre os quais nenhuma organização social pode dar-lhes o controle. A contradição entre a individualidade de cada trabalho separado do proletariado e, a condição de vida imposta a ele, torna-se evidente para ele mesmo, pois ele é sacrificado desde sua juventude e, dentro de sua própria classe, não tem chance de chegar às condições que colocá-lo em outra classe (MARX, 1982).

O agrupamento popular era o cálculo dos nativos aqui presentes, dos negros trazidos da África – que não eram contabilizados para efeitos dos atos da vida cidadã – além de mulheres e indivíduos com baixa renda.

Fernandes (1976) fala com propriedade que esta junção criada por princípios xenófobos, insistentemente relegou às classes proprietárias os privilégios de Estado, tornando alheia a população das causas que interferem objetivamente na organização do país, nos destituiu de um verdadeiro “espírito público” nacional: faltaram-nos elementos para que se constituísse no molde das burocracias estatais existentes no velho continente.

Para Costa, os destituídos da condição de “cidadão” ganhavam visibilidade apenas no momento das eleições. Exemplo disto era a formação do Parlamento brasileiro após a Independência que se formaliza em eleições primárias e secundárias. Segundo a autora, o número reduzido de votantes persegue todo o período do Império, ainda que tenham sido realizadas inúmeras reformas eleitorais (de 1846 a 1881). A restrição à escolha da classe legislativa continuava um privilégio dos grupos de forte poder econômico e, mesmo com a inauguração da República no país, as “estruturas sociais, econômicas e políticas favoreceram a criação de uma oligarquia política” que se consolidou após muitas disputas entre facções que se insurgem neste período.

Costa asserta que os conflitos facciosos entre membros das elites dirigentes do país, no entanto, eram levantes de uma “tragédia já anunciada” uma vez que a composição de interesses na implantação de uma doutrina liberal no Brasil se fazia de uma forma esmagadoramente retórica e não se sustentou para além da promoção panfletária dos primeiros momentos. Estes interesses convergidos em uma causa de classe – coadunando, por sua vez, com os ditames internacionais de nova ordem econômica –, exigiam um novo aparelhamento de Estado para seguir na manutenção dos privilégios até então alcançados.

A relação entre as elites e a massa de populares nestes momentos decisivos de desligamento da condição de colônia até o momento da república, se cercava de “utopias universais”, onde a retórica veiculada era de uma união de propósitos.

Marx (1982) já nos alertava sobre esta questão n’*A Ideologia Alemã*, quando retrata o isolamento dos sujeitos e a latente concorrência entre classes, cujos sujeitos possuem interesses divergentes:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal —, estão subsumidos na classe.

As contradições que encontramos nestes pressupostos marcam os interesses que orientarão política e economicamente a instauração do movimento republicano, onde se agregarão sujeitos que detêm as oportunidades materiais e imateriais para objetivamente desafiar a tradição nobiliária de uma Corte sustentada pelas decisões da Metrópole. Por meio desta contradição também se evocará a veiculação dos princípios liberais que sustentarão ideologicamente o movimento.

Enquanto na Europa o ideário iluminista reage em críticas ao regime nobiliário, no Brasil a cártula liberal tem como foco a emancipação do sistema colonial. Para a autora, “a crise do sistema colonial coincidiu com a crise das formas absolutas de governo” (COSTA, 2007, p. 24).

A crítica na literatura brasileira entre os séculos XIX e XX

Conforme Araújo, a orientação crítica da literatura tem seu vetor apontado ao esclarecimento histórico e à tomada de decisão “uma vez que expressam a realidade”. Há um diálogo entre escritor e seus contemporâneos neste sentido: é preciso considerar esse pressuposto uma vez que as decisões políticas são “inseparáveis da difusão das ideias” e sua repercussão (ARAÚJO, 2007, p. 19).

No Brasil, verifica-se entre séculos um volume de movimentos contestatórios tecidos a partir de ferozes críticas políticas e econômicas. Estas foram construídas a partir de uma proximidade com um corpo literário que sustentaria as bases ideológicas de tais insatisfações. Exemplo desta afirmação será a *Inconfidência Mineira* de 1789.

Segundo Costa (2007, p. 28) fora apreendido entre os inconfidentes exemplares das obras de “Montesquieu, d’Alembert, Turgot, Raynal, Mably e outros”.

A composição de expedientes críticos na literatura surgida no Brasil entre os séculos XIX e XX viriam principalmente através de bacharéis e clérigos, muitos deles oriundos das Cátedras de Portugal e França. A formação iluminista destes sujeitos foi preponderante para que o ideário revolucionário sustentasse a crítica ao modelo nobiliário no País.

Não podemos deixar de mencionar, outrossim, a repercussão das Lojas Maçônicas que também eram inauguradas com um estatuto que acentuava o *Codex* iluminista. A congregação de seus participantes era constituída principalmente por membros das elites fundiárias e intelectuais que viam no ideário liberal a oportunidade de implantação a um projeto real de “cidadania censionária”, nacionalismo e racionalidade científica.

A motivação política para este volume de insatisfação, no entanto, não se operava apenas na construção de uma nação regulada pelos princípios da liberdade e igualdade. Pelo contrário. O liberalismo político, na versão brasileira, teria como prepostos os membros da oligarquia rural que entenderão a “democracia representativa sem nenhuma relação com a representatividade da vontade popular” (...) da mesma forma que “atribuía aos homens letrados a responsabilidade exclusiva do funcionamento das instituições democráticas” (WOLKMER, 2003, p. 128).

Costa (idem) e Sodré (idem, p. 38) lembram que desde a implantação da Colônia portuguesa no Brasil, a forma de se “fatiar” o território e os poderes dele advindos, eram prerrogativas pautadas em privilégios distribuídos segundo critérios privados ao rei. A partir daí, dá-se início a formação das elites agrárias que darão sustentação ao regime conservador, que tem na propriedade seu valor mais absoluto.

Quando os ideais liberais são evocados para a alteração do regime de Estado, os mesmos sujeitos que durante séculos orbitam entre as benesses do Estado, descobrem que a transição para a urbanidade se faz exigência comercial num âmbito bastante amplo (COSTA, 2007; SODRÉ, 1960; MARTINS, 1978).

A industrialização que desponta como um marco inexorável para o novo padrão de produção e consumo das nações metropolitanas para o mundo tem nos princípios liberais a garantia de seu avanço. A emancipação das antigas Colônias, neste sentido,

seria a oportunidade de trânsito livre para novas relações de comércio. A implantação do modelo capitalista de produção também tem, neste espaço, o marco de sua expansão.

Setores da sociedade brasileira ligados a estas novas relações políticas e econômicas que despontam a partir de uma racionalidade industrial, visualizam um novo quadro de oportunidades que exige a descentralização do poder para, assim, ser definitivamente instituída e a caminho de sua consolidação, ou seja, a emancipação de Portugal e a queda do regime absolutista e nobiliário seria critério elementar deste novo rumo.

Mas, além de uma nova ordem econômica e relações de produção, há de se falar da ordem política que reorienta esta nova geografia do mundo.

A organização de um modelo industrial e uma ordem capitalista tem por perspectiva a instituição de certos determinantes para sua implantação, que se aliam neste momento ao apanágio iluminista de liberdade e igualdade.

O modelo industrial exige uma nova organização urbana e institucional além da formação de quadros para o início da consolidação desta novidade empresária. O trabalho livre é uma das exigências desta nova ordem institucional. No segundo aspecto, exige-se uma “mobilidade” do comércio nacional, que permita o reconhecimento internacional do país segundo critérios que o leve ao ingresso na condição de Estado Moderno (COSTA, 2007; MARTINS, 1978).

No Brasil, os debates antiabsolutistas e antiescravagistas serão duas importantes pautas da crítica revolucionária, que, embora moderadas, exigem reformas no Estado. Coexistem gravemente com este binômio, no entanto, a política escravagista e conservadora. Bosi (1992, p. 195) afirma que a construção do Brasil “como Estado autônomo” está intimamente ligada pela formação de um “ideário de fundo conservador, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível”. Exemplo deste esgarçamento das práticas comerciais e sociais que se mantém até o arrepi da lei, ocorre com o tratado de 1831 que proíbe o tráfico de escravos. Ainda que signatário desta normativa – exigência do governo inglês a Portugal – o Brasil manteve seu tráfico negreiro até meados de 1886. Historiadores apontam o ingresso de 700 mil negros nestas condições no país, neste período.

Estes são elementos emblemáticos das complexidades que avivam a agenda de lutas políticas, principalmente pelo modelo contraditório de Estado que se insurge. Da mesma forma, é farto material para a construção da crítica contumaz que será objeto das possíveis manifestações literárias no período aqui estudado.

O retrato da literatura brasileira em sua expressão mais crítica antes dos fatos que redundam na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, surge em período anterior a própria Proclamação da Independência. A Inconfidência Mineira será um dos modelos mais contumazes do movimento rebelde escrito preponderantemente por “padres e poetas” (SODRÉ, 1992, p. 129).

Conforme Sodré (1992, p. 16) para falamos em literatura rebelde no Brasil, devemos nos reportar ao momento em que nossos portos são abertos ao comércio internacional (em 1808). Até aquele momento não se encontrava no país “nenhuma condição para a atividade do espírito”. Os “espíritos esclarecidos” estavam restritos a clérigos e bacharéis vindos da metrópole. Já o português que aqui inicia o processo de colonização traz consigo as restrições de seus acessos e dentre os sujeitos que aqui chegam apenas alguns são “dotados de dimensão intelectual adquirida numa terra em que ela já se fazia desestimada”.

Os filhos dos fidalgos portugueses, sujeitos que compõe a primeira geração de brasileiros a partir da colonização, serão os que participarão da vida política e cultural do país com uma perspectiva endógena.

Para Sodré (1992, p. 16), serão estes os sujeitos que iniciam timidamente as primeiras linhas literárias no Brasil, ainda que reguladas por uma “transferência” ou “transplantação” de estilo segundo a metrópole. Os denominados “filhos da terra”.

Uma das significativas alterações a este retrato no período colonial se dará com a transferência do reino para a cidade do Rio de Janeiro. De lá se ouvirá os rumores das primeiras impressões que deslocará a publicação das metrópoles para o seio da produção autóctone.

A arte literária chega, enfim, ao momento em que se destila de um movimento com pouca variação para “obedecer ao critério histórico, mostrando como o desenvolvimento literário em nossa terra obedeceu às contingências econômicas, políticas e sociais que lhe impuseram um período colonial, na vigência da subordinação

à metrópole (...) e um período ainda recente, caracterizado como nacional, quando o Brasil adquire os traços que definem a nação (...)” (SODRÉ, 1992, p. 25).

Com a chegada das técnicas de impressão no primeiro decênio do século XIX ao Rio de Janeiro, inicia-se a confecção das primeiras obras e os primeiros jornais. Este será o marco da difusão literária antes restrita aos que tinham acesso às publicações oficiais e às rodas literárias fomentadas pelas sociedades secretas desde há muito.

Para Sodré (1992, p. 116) um elemento exemplar de difusão ao tema político que se expande a outras temáticas, será o “folhetim”.

Na ampliação de uma fisionomia urbana que faz de centros como o Rio de Janeiro expoentes para as demais cidades brasileiras, a vida rural ainda se faz presente embora exista a insistência em conciliar a “vocação” rural do país com a transplantação dos hábitos europeus (SODRÉ, 1992, p. 154).

Neste período, Rio de Janeiro desponta no “glamour” da aurora de 1900 como a capital da República que reunia os adjetivos de grande centro urbano, ainda que se constituíssem por uma mentalidade imperial (DOMINGUES; ALVES, 2005, p. 22). Ou seja, o ideário republicano terá o interesse em *reformas* de Estado e não altera es que *revolucionem* as institui es do país como propostas desde as *Cartas Chilenas* de Tomás Antonio Gonzaga.

Material rico para a compreensão do que seria pregado nos movimentos contestat rios para a independência brasileira, as *Cartas Chilenas* denunciam por meio da sátira, a corrupção e irregularidades advindas das elites políticas. O autor apressa-se em demonstrar nestes 13 poemas o desrespeito à própria lei pelos governantes da nação. Sua disseminação, no entanto, foi restrita a uma camada intelectual ante as formas rudimentares para multiplicação do original revolucionário (ARAÚJO, 2007, p. 111).

Além das bibliotecas eclesiais e do material panfletário que conduziria uma crítica contumaz da política empregada, Sodré assera que poderia ser considerado nos poemas, “nas epígrafes de pequenos jornais que começam a circular com o advento da corte lusa, nas citações mais constantes da tribuna religiosa ou parlamentar”, a inspiração que sempre teria enquanto fonte os apanágios Ilustrados que desencadearam tanto os movimentos da Revolução Francesa quanto a Independência norte-americana (SODRÉ, 1960, p. 134-135).

O autor segue descrevendo que além das tribunas parlamentares e religiosas, os embates das primeiras leis para a organização do Estado “recém-constituído”, por obra da corte lusa que aqui desembarca, descortinam as contradições entre os primeiros liberais e as camadas políticas conservadoras.

Como descrito anteriormente, a imprensa era ato exclusivo da Corte portuguesa e a introdução de livros no país era um movimento quase “clandestino”, sempre com o foco privado. Este aspecto se altera com o surgimento das primeiras universidades, onde o acesso às obras se torna “público” – ainda que seguisse restrito.

Domingues e Alves (2005, p. 62-68) ressaltam que desde 1873 uma importância considerável de capital chega ao país para organizar a rede de comunicações e de transportes, além do “incremento das indústrias extrativas e ao beneficiamento de matérias primas”. A “grande imprensa” surge nesta leva de incremento “de cunho comercial e montagem industrial”.

A “regeneração”¹ da cidade era um passo importante para imprimir a modernidade arguida em todo o período agudo da crítica política, oportunizando a visibilidade da retórica iluminista e capitalista.

Os sujeitos da crítica

A história dos movimentos rebeldes que romperam significativamente com os regimes nobiliários de Estado no início da Idade Moderna na Europa para inaugurar o Estado Liberal, tem demonstrado que o corpo revolucionário mais expressivo deste período, o francês, foi representado objetivamente por cinco subgrupos da camada burguesa que se encontrava destituído de alguma expressividade política nas decisões do país (COBBAN, 1989, p. 53):

- A. os burgueses propriamente ditos, que viviam como ‘nobres’ em sua propriedade;
 - B. os membros da administração real, os *officiers*, proprietários de cargas venais, alguns deles tornados nobres;
 - C. advogados – notários, *procureurs*, *avocats*;
 - D. os indivíduos que exerciam profissões liberais – médicos, cientistas, escritores, artistas e
 - E. aqueles que participavam do mundo da finança e do comércio – construtores de navios, negociantes por atacado, empresários e as categorias mais elevadas de financistas, a começar pelo *fermier-general*.
- Dentro de cada um desses grupos havia níveis bastante diferentes de riqueza e *status*. O comportamento de cada um durante a Revolução variou enormemente, (...) embora o uso do termo burguesia tenha encoberto essas diferenças.

¹ Termo utilizado por Domingues e Alves para se referir ao “entusiasmo capitalista” que destacava a retórica da “alta urbanidade” segundo as metrópoles europeias com políticas especialmente eugenistas.

Segundo Sodré (1960), Araújo (2007), Domingues e Alves (2005), Martins (1978), Cândido (2006) Bosi (1992; 2006) e Wolkmer (2003), encontramos certa unanimidade na tese de que o movimento de contestação à dominação lusitana e os arbítrios da corte aqui instalada no Brasil, foram iniciados por uma camada de sujeitos letrados pertencentes às próprias elites que aqui dominavam. Estes sujeitos seriam provenientes principalmente das irmandades eclesiais. Compunham-se de sacerdotes que faziam de seus púlpitos a voz contestatória contra os abusos de poder nobiliário e falta de humanidade para com o trato das populações aqui representadas (ARAÚJO, 2007, p. 101).

Outros indivíduos que encampam tal debate serão os bacharéis que saem do Brasil com vistas a se formarem na Europa, com as quais destacamos as universidades situadas na França e em Portugal. Profissões liberais como as de médicos, advogados e engenheiros situam-se na ponta desta formação. Formação essa que versará principalmente pelos princípios iluministas, desafiando, assim, o ensino tradicional e classicamente pautado numa racionalidade religiosa.

A conjugação de interesses e oportunidades oferece ampla e propício espaço a divulgação dos ideais liberais que se alastram por todo o século XVIII na Europa, irreversíveis já pelos efeitos políticos, econômicos e sociais da Revolução Industrial em idos de 1600, na Inglaterra.

Suas maiores lutas não se distanciariam dos desejos aspirados pelos revolucionários europeus: participação ampla da vida política e na expansão econômica, “aumento da riqueza e poder à burguesia” (COBBAN, p. 58). Ambos perquiririam a “liberdade de iniciativa”, enquanto perspectiva liberal. Quanto à consolidação da lógica capitalista, exigia-se a “liberdade de contratar e vender mão de obra”, inaugurando uma era de relações de trabalho desvincilhada das despesas oriundas do binômio “senhor – escravo”².

Temos aqui o retrato da realidade social brasileira sendo desafiada por uma geração de indivíduos que pautam a organização da “coisa pública” a partir de dois importantes princípios: os direitos humanos e o direito de autodeterminação dos povos.

² Neste quesito, Cobban (p. 62) descreve a edição de leis com o teor desta “modernidade” em relação à atividade laboral, defendendo os novos “patrões” – de forma “inédita e revolucionária” – dos trabalhadores. Citamos como exemplo desta prática a “Lei de Chapelier” que “proibia acordos dos trabalhadores para que conseguissem aumento de salários”.

Esta novidade será a bandeira que encontrará respaldo nos interesses e nos privilégios que se desejam ampliar.

A onda liberal que exige uma nova organização político-econômica do mundo se apresenta às Colônias dominadas como aquele impulso que coaduna os aspectos mais básicos da existência (liberdade, igualdade e propriedade) com a afirmação interna e externa desta conquista (democracia).

O modelo capitalista que era visionado para o ocidente de uma maneira espetacularmente revolucionária, a ponto de se aliar aos princípios liberais perseguidos, estava reconhecidamente assentando numa conjuntura feudal e atrasada, mas que garantia outro caro princípio ao liberalismo preceituado: a propriedade privada. O desafio seria conjugar a agenda de alterações para que as nações adentrassem a este novo desenho de modernidade com os privilégios até então conquistados, ampliando-os. A resposta estava na construção de um Estado disposto em políticas reformistas.

No Brasil, o modelo panfletário que noticiaria as vestes liberais como princípios que visavam a emancipação da colônia e, assim, arrefecer o jugo português, encanta membros da elite dominante que queriam se livrar da elevada carga tributária imposta a seus bens. A ideia de livre mercado seria um importante dispositivo para amearhar espíritos duvidosos sobre o empreendimento. O grave problema deste movimento seria suscitar a revolta popular.

Informações dos massacres que assomavam o continente europeu não seria o desejo desta elite revoltosa. Era preciso aliar reformas sem exaltar os ânimos.

Aliados com o “corpo burocrático de operadores jurídicos”, as elites mantinham seus privilégios e formavam a opinião da sociedade sobre o regime a ser implantado – desde a dissociação do Executivo e do o Legislativo, declarada com a Proclamação da Independência pela égide da monarquia constitucional garantida pela “força da lei” –, uma vez que os primeiros não diferenciavam “o público das relações privadas e os interesses da coletividade com os seus próprios interesses e os da classe dominante que representavam” (CRISTIANI, 1996, p. 221-222).

A “República das Letras” se apresenta no país, portanto, com a união de sujeitos ímpares, embora originados das classes dominantes, que tiveram uma formação europeia pautada principalmente por um estatuto iluminista e que, em sua nação de origem, são objeto da exclusão política por causa da disputa exclusiva pelo poder

absolutista de um império que teme se desvencilhar economicamente da Metrópole (Portugal) (COSTA, 2007, p. 163). A autora acrescentaria a esta informação, que os intelectuais, à “órbita das oligarquias (...), interpretavam os setores progressistas” sendo em seu conjunto incapazes de reações mais agudas, formalizando-se em retóricas (COSTA, 2007, p. 270).

A formação da opinião popular (desde que letrados, diga-se de passagem) aos apanágios que deveriam ser sustentados para o empreendimento reformista, se fazia inicialmente de forma artesanal, em pequenas tipografias que seriam reconhecidamente um “material mais doutrinário que informativo” (ARAÚJO, 2007, p. 112). Esta será a forma de comunicação mais eficaz entre as províncias brasileiras sobre os fatos e princípios que unificariam as lutas.

Os autores que fundamentam esta investigação dedicam vários textos onde citam dados sobre os primeiros jornais e periódicos com manifesto teor crítico e nacionalista que circulam no país. Citamos, por exemplo: em Minas Gerais os jornais *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata; *Sentinela do Serro*, de Teófilo Otoni; *Cidade de Barbacena* e *Eco da Razão*, de Camilo Armonde; *Gazeta do Rio Novo*; o periódico *Recreador Mineiro*; além dos jornais publicados em Ouro Preto *O Monarquista Imperial* e *O Povo*; no Rio de Janeiro destacam-se os jornais *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias*; os periódicos literários *Iris*, de José Feliciano de Castilho; *Revista Ilustrada* e *A Atualidade*; em Pernambuco, o *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca (ARAÚJO, 2007, p. 53-84).

Um marco da imprensa periódica se dará com a inauguração, no Rio de Janeiro, da editora “Imperial Tipografia Dois de Dezembro” de Paula Brito (ARAÚJO, 2007, p. 85). Seu editor empregaria escritores como Casimiro de Abreu e Machado de Assis, que também assumiria colaborações junto à revista *A Marmota Fluminense*. Os jornais e periódicos exercitam, desta forma, um dos princípios mais caros a pauta ilustrada: a liberdade de expressão. Será a voz para o ingresso do país na modernidade, apresentando direitos antes restritos a uma classe nobiliária.

Por certo que os direitos conquistados pelas representatividades burguesas no país, não operou na ampla socialização de direitos e no exercício da democracia.

O voto restrito a uma camada proprietária e letrada seria exemplo da minimização daquilo que se esperava ser um “Estado Moderno”. A “traição” ao

exercício pleno dos princípios liberais e democráticos por parte daqueles que acusavam a elite aristocrática pelas mazelas nacionais e que no poder se distanciam de seus apanágios, acomete de profunda tristeza e decepção até mesmo alguns de seus representantes (ARAÚJO, 2007; COSTA, 2007; SODRÉ, 1960). Podemos citar, neste sentido, o caso do padre Correia de Almeida.

Conforme Araújo (2007), padre Raimundo Correia de Almeida foi um dos membros mais ativos dentre os clérigos revoltosos atuando combativamente desde 1830 até o ano de sua morte em 1905.

Escrevendo sátiras em referência aos abusos do Estado em diversos jornais e periódicos, este autor fez da arte literária o escopo de manifestação e expressão crítico pelos contornos políticos e econômicos do país.

Sua obra mais emblemática será *A República dos Tolos* que disserta com “comicidade e sátira” a crítica diante de um mundo “em transformação (...) fazendo desfilar diante do leitor os mais diversos tipos de vícios humanos” (ARAÚJO, 2007, p. 148), usando o “riso para atacar a dogmática e a arrogância” (ARAÚJO, 2007, p. 160).

Podemos citar ainda outros escritos que se pautam pela mesma forma crítica denunciando os arbítrios de seu tempo, como a sátira *A Raposa Juiz e o Macaco Escrivão* dirigida ao jornal *A Ordem*, “que propugna a condenação dos presos, responsáveis pela Revolução de 1842” (ARAÚJO, 2007, p.120). O conjunto de seus textos tem o sentido de formar a opinião popular por meio do impacto literário – que será a “viva voz” de espíritos inquietos da época conforme destaca Araújo (2007, p. 120).

Outra importante observação quanto aos incautos sujeitos “revolucionários” deste período, será a atividade legislativa que exercem. Muitos dos nomes citados até este momento do estudo fazem parte do corpo representativo do país³. O Parlamento criado inicialmente para instituir a devida cisão entre Legislativo e Executivo e a composição de uma Assembleia Constituinte a partir da Proclamação da Independência do Brasil para a feitura da primeira Constituição, por exemplo, teriam dentre seus membros deputados sujeitos como Cipriano Barata que agiriam em prol não só da

³ Nosso interesse neste estudo é o de verificar o pensamento do sujeito revolucionário e apresentar os ideais em sua obra contestatória, demonstrando sua importância na formação do Estado Moderno no Brasil. Portanto, não consideramos neste estudo elencar o nome de cada um destes intelectuais que participaram da transição entre imperialismo e republicanismismo uma vez que verificamos um clássico e farto material disponível sobre este aspecto e que são ricamente descritos nas obras de Candido, Fernandes, Holanda, Veríssimo, Bosi e Werneck.

divulgação do ideário liberal, mas tecem mantos legais para a inauguração do regime liberal no país. Barata não assume o posto, porém, nos permite considerar que as mesmas personalidades de contundente crítica ao regime nobiliário, dispunham de representações junto ao Império no exercício de seus interesses enquanto classe hegemônica.

Já no exercício de um regime republicano, alguns revolucionários, “desiludidos com a experiência” avolumam o corpo de insatisfeitos e tentam “restaurar” a monarquia apontando os “vícios do republicanismo”. O que antes seria a instauração de um regime voltado às práticas democráticas, agora se apresenta eivado de vícios e interesses como antes denunciados e que apenas tem as “mãos substituídas” (COSTA, 2007, p. 189).

A crise: a conspiração para a nova ordem política no Brasil entre os séculos XIX e XX

Num importante fôlego investigativo sobre os intelectuais revolucionários brasileiros ao fim do regime imperial no Brasil, Alonso (2000) questiona se a transplantação dos ideais revolucionários europeus seria apenas um “exercício crítico” para nossos representantes nativos – ou aqui radicados –, distante, portanto, de uma atitude política prática, que alterasse significativamente a realidade da população⁴ (como por exemplo, a abolição da escravatura que amarga até idos de 1888, às portas da troca de regime de Estado, embora objeto de crítica desta ordem por intelectuais desde idos dos anos 20 do mesmo século).

A autora entende que não havia tamanha “autonomia intelectual” neste período para que fossem dispostas separadamente as práticas e ideais iluministas. Outro equívoco seria atribuir apressadamente, a outorga a estes intelectuais originais das elites imperiais como sendo a “nova classe média” – burguesia – que surge como espectro do Estado Moderno:

Assim, o movimento intelectual expressaria anseios de grupos sociais novos, surgidos com o processo de modernização econômica do país. Este raciocínio equaliza pertencimento a uma classe, posicionamento político e crença ideológica: grupos de constituição moderna, como ‘as classes médias’ ou a ‘burguesia’, adotariam teorias coerentes com seus interesses, isto é, variações do liberalismo (moderado por adjetivos — ‘spenceriano’, ‘doutrinário’ — ou moderando substantivos — ‘positivismo ilustrado’) (ALONSO, 2000 – aspas no original).

⁴ Segundo Alonso (idem), Joaquim Nabuco será um dos membros desse corpo intelectual ao qual se verificaria atitudes em defesa dos ideais liberais ao fim do segundo reinado. Atitude exemplar encontra-se com Frei Caneca, que morre por suas convicções.

Contudo, as possíveis contribuições desta teoria, para a autora, seria a explicação que traria sobre a diversidade doutrinária que assomaria o período por grupos de intelectuais dispostos em funções estratégicas para a instauração de um regime republicano, permitindo, assim, a “verificação de um fenômeno antes invisível: a *ação política* dos grupos ‘intelectuais’” (ALONSO, 2000, p. 38 – grifos no original).

Sobre as ações políticas que inauguram a derrocada do regime de Estado nobiliário pelo Republicano na França, Cobban (1989) descreve as várias e importantes “frentes” institucionais que sofrem agudas alterações, consubstanciadas no espólio e segundo as bandeiras defendidas pela Revolução Francesa aos fins do século XVIII. Para o autor tais alterações são percebidas principalmente nos campos econômico e jurídico-político. Num exercício didático, consideramos a experiência investigativa deste autor pertinente ao presente estudo, uma vez que as informações provenientes destas duas áreas denunciam as “ideias em voga” (COSTA, 2007, p. 388).

De fato, as alterações para a implantação de um regime de Estado atacam precipuamente os diferentes institutos que até então legitimavam o modelo anterior. A sustentação institucional de um regime de Estado se apresenta pela complexidade das diferentes “pastas” que atuam em resposta as emergências sociais. Era preciso deliberar o novo Estado dentre os princípios liberais de uma maneira “pinçada”, de forma que fosse mantida a mesma estrutura tradicional. Eram interesses que seriam atendidos e não uma pauta republicana levada ao rigor de seus estatutos.

Dentre as alterações exigidas à adequação de diferentes interesses, recorreremos as que debatem a organização do Estado em duas principais frentes: questões políticas e econômicas.

Nosso interesse será elencar os principais tópicos que denunciam as alterações que ajustam o Estado a um novo regime e as contradições que este esforço denuncia na logística de privilégios que sustentaram todo o Estado nobiliário desde a vinda portuguesa ao Brasil.

Questões jurídico-políticas

Para Bosi (1992, p.199) as questões jurídico-políticas foram as que sensivelmente mostraram alterações para o conjunto da sociedade brasileira. Conforme Costa (2007, p.

398) nos primeiros meses da inaugurada República, os conflitos e antagonismos dos grupos que fomentam o movimento revolucionário afloram.

No Parlamento, já se ouve o levante dos grupos para “fatiar” o novo regime conforme as conveniências econômicas e políticas e privilégios, rompendo com a “frente revolucionária”. Neste momento os militares são convocados para desfazer os “atritos políticos” criando graves tensões entre civis e militares que antes haviam se unido pela causa contra o Império. Os militares surgem na aurora do republicanismo como garantidores da ordem pelas armas, passando a responder, assim, pelos cargos máximos da nova nação republicana.

Verificamos em Prado (1977, p. 161) que a característica política preponderante na troca de regimes no Brasil ocorrerá pela incontestável mudança de forças: a racionalidade militar para o debate político e para o “golpe republicano”.

A “questão do elemento servil” será outro debate político “por excelência no fim do império”, mobilizando “influências” para a vitória, enfim, da tese abolicionista (BOSI, 1992, p. 394). Conforme Costa (2007, p. 331) o ideário abolicionista será propalado entre os intelectuais da época que figuravam entre os núcleos urbanos, principalmente os escritores:

A literatura, que durante muito tempo fornecera uma imagem convencional do negro, tornara-se aos poucos mais consciente dos problemas criados pela escravidão dos poetas, foi Castro Alves o que melhor encarnou essa tendência. Na prosa, foi Macedo, em *Vítimas e algozes*, quem personificou melhor, nessa época, a literatura militante (COSTA, 2007, p. 335).

A urgência deste debate se dará pelo acúmulo de forças econômicas internacionais que operam na pressão para que se instale o trabalho livre no país, aproximando-o indelevelmente do modelo capitalista de produção. A propriedade agrária de manejo ainda colonial, se reorienta ante a realidade abolicionista e a nova demanda imigrante de mão de obra trabalhadora, introduzindo, desta forma, “nítidas relações capitalistas de produção como a do café” (BOSI, 1992). As relações com o “trabalho livre” exigiram novas condições para a conquista diária deste trabalhador ao seu posto de serviço. Os novos burgueses agora vivem com a realidade de uma nova contingência: a instabilidade da mão de obra. Este dado da realidade impulsiona os patrões a usarem de subterfúgios à manutenção dos funcionários.

Prado Jr. (1977) descreve que para manter o imigrante em seu posto de trabalho se difundirá uma prática entre o patronato brasileiro: a retenção do trabalhador por dívida,

onde “pagando salários reduzidos, e vendendo-lhe ao mesmo tempo, por preços elevados, os gêneros necessários ao seu sustento, o empregador conseguirá com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados, e, portanto impossibilitados de o deixarem”.

Acompanhando as graves divergências políticas que eclodem diante de um antagonismo de interesses e pela formação de quadros rebeldes de origens tão díspares, consideramos que as decisões econômicas na inauguração do Regime republicano no Brasil terão forte destaque às atabalhoadas decisões que procuram encerrar, “à força”, o ciclo feudal no país.

A disparidade do desenvolvimento de cada região é um dos “gargalos” desde o período da segunda regência e que deverá ser resolvido pela disposição do federalismo de cunho norte-americano. A forma desigual de tratamento à extensa geografia como a brasileira foi oportuna para revoltas e desafetos políticos em todo o período da instalação da Corte no Brasil. A centralização de poder agravou as diferenças e captação de recursos, tornando certas áreas esquecidas pelo fato de não terem representatividades autóctones que dispunham de legitimidade popular para o pleito. Por certo que a inauguração da República não altera este quadro político de imediato, uma vez que o voto censitário e a tradição que “escolhe” as representatividades ainda eram determinantes nas práticas eleitorais. Silvio Romero (apud SODRÉ, p. 438), por sua vez, apontava que o desenvolvimento literário e a independência criadora do país perpassariam pelo investimento na área educacional. O interesse de Romero era a denúncia às relações de dominação existentes entre o Brasil e Portugal que, aos auspícios da República inaugurada, não estava preparando a população para o ingresso na vida cidadã e aos determinantes da modernidade, sequer os instrumentalizando para reagir a hegemonia das “classes parasitas”.

Pamplona (2003, p. 13) descreve que o período das emergentes transformações urbanas no Brasil se dará principalmente entre os anos de 1880 a 1920 – até o fim da I Guerra Mundial. O Rio de Janeiro será o cenário dos embates da política nacional nesta época. Para o autor (2003, p. 54), “(d)urante todo o período conhecido como ‘República Velha’, sempre que os interesses dos Estados dominantes estiveram em jogo, foi ainda no Rio que se deram as alianças, conspirações e cisões entre as oligarquias”. Prevê-se

que a concentração de poder se define preponderantemente pela concentração da renda nacional.

Ao fim do século XIX, o quadro de imigrações no Brasil era alto superando os índices em outros países. O volume de imigrantes, principalmente italianos é atraída pela cultura do café e a transição do trabalho livre, além da oportunidade de ascensão (PAMPLONA, 2003, p. 56). Seu perfil de pobreza interessava aos novos “barões do café”. A crise do café no início de 1900 altera este quadro de imigração por leis que a restringe. A urbanização da cidade cria políticas higienistas em várias frentes. O caso da “Revolta da Vacina” será emblemático pela comoção dos populares frente aos arbítrios do regime. Outro aspecto desta “eugenia” será a retirada dos pobres para as periferias da cidade. As primeiras favelas e cortiços aparecem entre os anos de 1890 a 1900, como alternativa a uma “moradia barata” e pelo fato do terreno ser “de graça”, não oferecendo, porém, urbanização básica alguma (sistema de esgoto, água, eletricidade, etc.) (PAMPLONA, 2003, p. 61). Programas de construção de moradias já estavam sendo propostos desde o Segundo Reinado, por meio de “concessão (...) a firmas construtoras. (...). Em contrapartida, o governo garantiria uma série de benefícios aos que investissem na implementação do programa de construção de moradias” (PAMPLONA, 2003, p. 62).

Da mesma forma, não seria previsto o pagamento de indenização aos moradores no caso de demolições das antigas moradias. Entre os governos Campos Salles e Rodrigues Alves, na primeira década de 1900, abriram-se espaço à urbanidade requerida “por meio do crédito (vindo) de Londres e a consolidação política”. As reformas urbanas são iniciadas por Rodrigues Alves que prepara a cidade para se adequar à *belle époque* (idem, p. 63). Além da urbanização, o governo investe no “decreto” de novos hábitos da população agora sob um regime republicano. Pamplona descreve que foram revisitados os artigos do antigo “Código de Posturas” que edificaria uma conduta de distinguiria “bárbaros” / “não civilizados” dos “civilizados”⁵. Seriam todas reconhecidas como “leis profiláticas” (idem, p.67 e 68). Segundo Costa (2007, p. 340 e 342), a abolição (em 1888) “deslocou” o centro político do país, acelerando a “decadência da

⁵ O autor descreve como exemplo deste novo comportamento exigido por decreto: “(...) foram proibidas a venda de comida nas ruas, feitas por ambulantes, quiosques ou freges, o hábito de cuspir no chão dos bondes, a venda de leite ordenhado na hora por vacas puxadas de porta em porta, a criação de porcos nos limites urbanos, a exposição de carnes entrada dos açougues, a vadiagem de cachorros soltos pelas ruas, a falta de pintura nas fachadas dos prédios, a presença de entrutos e cordões no carnaval, além de uma lista de outros hábitos tidos como ‘bárbaros’ ou ‘não civilizados’ (PAMPLONA, 2003, p. 67).

monarquia tradicional” atuante em todo o regime imperial. Com a Proclamação da República (em 1889), a concentração do poder se estabiliza “nas áreas mais dinâmicas”, ou seja, aquelas em que se adequaram a uma reestruturação urbana, com acessos ferroviários e outras vias de acesso. Além deste fator há de se verificar a formação de novos grupos sociais, principalmente de “uma nova oligarquia que irá controlar o poder político durante a Primeira República”.

Questões econômicas

Nossa tese neste estudo parte da seguinte premissa: o enlevo de transformações políticas e sociais tem seu tempero na forma esgotada de economia do período Monárquico, aliado ao incrível progresso técnico e científico que inaugura a modernidade. Revisitando as assertivas de autores sobre este período tão exemplar para a condição política do Brasil, há de se falar inevitavelmente da composição econômica que, *pari passu*, caminha junto ao vetor das soberbas transformações que ocorrem entre os séculos XIX e XX no país.

Segundo Prado (1977, p. 161) a situação financeira do país nos primeiros anos da República “será das mais graves da história (...)”, não devido a resistências dos conservadores, mas motivada pelas agudas alterações políticas e administrativas que, sem estabilidade se regem por inconsistências e lutas motivadas pelos diferentes interesses. Paralelamente a isso, o “sistema monetário brasileiro” se infla com a emissão “incontrolável” de títulos para que a circulação monetária se desse, respondendo, assim, a exigência de investimentos e de capitais. Conforme os estudos apontam, havia uma “nova classe” que surgia no afã de criar as condições necessárias ao seu desenvolvimento e a defesa de seus interesses; este será o mote para que participe da promoção de reformas no campo econômico; principalmente as que afetam a indústria, regulam a moeda e disciplinam a troca externa (Costa, 2007, p. 397). Para Prado Jr. (1977, p. 153), como a troca de regime foi ação de um “golpe militar” em concurso com “reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular”, está aí justificado o aspecto econômico mantido entre aqueles que detinham privilégios desde a Corte.

A estrutura econômica brasileira historicamente se apoiava no contraste entre a tradição e modernidade. A nova classe média urgia a ascensão de práticas urbanas, “particularmente a industrial, (...) proporcionando à classe (...) uma força e um papel

que antes não tinha” (1977, P,153). Segundo Prado Jr., neste momento surgem os “homens de negócios” uma figura “reprimida” nos tempos do império “que têm suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer” – enquanto era o perfil de muitos aristocratas acumularem apenas a função parlamentar e a de senhor de fazenda, sem transações em vários flancos comerciais e de uma forma tão amplamente estendida.

Segundo Pamplona (2003, p. 53), a economia brasileira tinha uma feição bastante proeminente voltada ao “mercado de troca”. As províncias que possuíam portos eram consideradas espaços privilegiados para o desenvolvimento de uma existência mais urbana. O Rio de Janeiro até 1808 seria um importante “posto de troca” de controle português e foco desta urbanidade. O comércio de produtos, tanto para importação quanto exportação teve um sobressalto com o início das práticas de beneficiamento do café oriundo principalmente do “Vale do Paraíba e Minas Gerais”. O Rio, além de ser sede da Corte será um porto de excelência cravado no coração da República onde desponta a nova configuração da cidade que se altera. Ainda assim, o Vale do Paraíba em relação ao Oeste Paulista será pouco desenvolvido. Costa assera que o Oeste Paulista já introduzira máquinas de beneficiamento para o café (em 1870) e incentivou a política de imigração para o trabalho da indústria que despontava (COSTA, 2007, p. 315 e 318).

Na virada do século a precária atividade industrial se baseava no artesanato e na pequena manufatura, e, além destes, restavam os serviços domésticos. Sua alavancada se dará numa forma desigual entre as várias regiões do país, seguindo a tradição do que já ocorria no período Regencial. O que impulsionaria a alteração do meio de produção será o “progressivo aperfeiçoamento introduzido no processo de beneficiamento do café e fabrico de açúcar” que terá fôlego comercial para combater a resistência abolicionista e que forçará a “transição do trabalho servil para o livre” (COSTA, 2007, p. 317-318). Autores enunciam as grandes dificuldades para a instalação de um parque industrial no Brasil, dentre eles: 1) a deficiência de fontes de energia; 2) a siderurgia, embora sempre houvesse abundância de ferro (matéria prima) seu acesso era impossível, para falarmos num consumo viável e contínuo; 3) a deficiência de mercado consumidor interno para a produção em larga escala, gerado pelo baixo índice demográfico, dos recursos ínfimos da maioria da população e pela “desarticulação entre as regiões do país” que são muito distantes e sem vias de acesso (PRADO, 1977, p.193).

Há de se falar que a conjuntura econômica internacional seria outro impacto para as fazendas de porte conservador, principalmente na concorrência de diversos gêneros alimentícios e atividades protetivas dos países europeus às suas colônias, negando a possibilidade do acúmulo de capitais internos. Este investimento tardio alargará o fosso entre as regiões que despontariam à modernidade agrária e industrial daquelas que não possuem capital suficiente para adequar-se aos novos tempos. Os primeiros incentivos que surgem foram promovidos pelas Sociedades e Associações em prol da industrialização⁶. Estas manterão uma veia de comunicação e esclarecimentos por meio de livros e panfletos publicados no sentido de incentivar a troca de meios de produção e demonstrando o processo já em consolidação no exterior. Posteriormente, o Estado também se envolverá neste disciplinamento.

Será a própria racionalização do trabalho (introduzida pelas indústrias de beneficiamento de café e para o fabrico de açúcar) que “(favorecerá) a transição do trabalho servil para o livre”, uma vez que o escravismo não exigia técnicas tão elaboradas e contemporâneas e, de toda sorte, o trabalho fabril está intimamente ligado às novas tecnologias desenvolvidas exemplarmente na Europa (COSTA, 2007, p. 323).

O interesse econômico entre os antigos fazendeiros e novos industriais promoverá divergências, que se apaziguará apenas pela introdução “irreversível” da máquina para gerir a produção. Este quadro de disparidades e contradições econômicas se dará até os anos 70, aproximadamente. A imigração virou uma exigência ao novo manufaturamento e culturas agrárias modernas que surgiam. Os imigrantes eram oriundos principalmente da Itália e, comparativamente com o trabalho escravo, eram mais produtivos uma vez que o imigrante se associava a terra pelo trabalho livre e com maiores perspectivas de ascensão. Além disso, existia uma certa vivência de participação, ainda que periférica, aos novos processos de racionalização do trabalho industrial em seus países de origem.

Considerações Finais

Verificamos a partir dos dados apresentados que as oligarquias preponderam e respondem pelo largo volume econômico e político nos anos iniciais da República brasileira, marginalizando classicamente as grandes massas do processo democrático

⁶ Referimo-nos à “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” (COSTA, 2007, p. 319).

prometido pela cartilha liberal, assim como “traindo” outros grupos que acompanhavam o movimento revolucionário até então. Alguns dos membros rebeldes se sentem igualmente traídos pela grande massa especulativa que nasce com o surgimento de oportunidades ímpares principalmente pelo comércio de capital inverso que configura a vida econômica da nação que procura consertar seus equívocos com a emissão de moedas “podres”. A “correção dos vícios monárquicos” através da Proclamação da República se apresenta como uma experiência não completa diante das contradições conjugadas no país.

Referências

- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, n. 44, outubro/2000.
- ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos Tolos se faz uma República? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2007.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *História concisa da Literatura brasileira*. 45. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 18, n.1, jun/2006b.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado: esboço de uma economia política periférica*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. *Formação da Literatura brasileira*. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- COBBAN, Alfred. *A interpretação social da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8 ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CRISTINANI, Claudio Valentin. O Direito no Brasil Colonial. In: WOLKMER, Antônio Carlos. *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 1996.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE JAUCOURT, Chevalier. *Enciclopédia*. Verbete: “Monarquia”, p. 209, [s/d].

DOMINGUES, Chirley; ALVES, Marcelo (org.). *A Cidade Escrita: literatura, jornalismo e modernidade em João do Rio*. Itajaí, SC: UNIVALI, 2005.

FAORO, Raymundo. Constituinte: a verdade e a sofisma, p. 7-16. In: SADER, Emir (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. O Dilema Educacional Brasileiro, p. 414-441. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

IANNI, Octávio. Sociologia e Literatura, p. 9-41. In: SEGATTO, José A. *Sociologia e Literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.

LIMA, Alceu do Amoroso. *Introdução à literatura brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

PAMPLONA, Marcos A. *Revolutas, repúblicas e cidadania. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PRADO, Bento. O Discurso do Século e a Crítica de Rousseau. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 9, São Paulo: USP, 2/, p. 7-16, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1960.

_____. *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1962.

* Artigo recebido em 04/06/2013 e aprovado em 10/10/2013.

** Professora no Mestrado em Educação e no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Possui Pós-doutorado em Ciências Humanas (Bolsa Fundação Araucária/PR).